

**LEI N.º190/2001**  
De 24 de abril de 2001

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002 E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MURIBECA, ESTADO DE  
SERGIPE, no uso de suas atribuições legais.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamento do Município relativo ao exercício de 2002.

**Art. 2º** -Esta Lei disporá principalmente sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, sobre os critérios e formas das limitações previstas na alínea *b* do inciso II e as demais normas e condições do art. 4º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**CAPÍTULO I  
DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art.3º** - No Projeto de Lei Orçamentária os valores correspondentes às receitas e às despesas serão estimados segundo os preços vigentes em julho de 2001.

**Art. 4º** Os valores das receitas e das despesas constantes da Lei Orçamentária, poderão ser atualizados monetariamente, mensalmente ou em qualquer mês, por Decreto do Poder Executivo, a partir de 1º de janeiro de 2002 de acordo com os índices de inflação ocorridos no período de julho a dezembro de 2001 e de janeiro à junho de 2002.

**Art. 5º** - Nenhuma despesa, obra ou serviço será reajustada acima dos índices oficiais de inflação e na forma do previsto no art. 4º desta Lei.

**Art. 6º** - Os dispêndios com investimentos deverão fazer-se acompanhar dos custos necessários à sua manutenção.

**Art. 7º** - A programação de investimentos deve ser detalhada, no mínimo, em nível de projeto, dando-se preferência aos investimentos em fase de execução.

## CAPÍTULO II DAS DESPESAS E RECEITAS

**Art. 8º** - A despesa total com pessoal será fixada em estrita observância ao disposto no art. 18 e seus parágrafos, art. 19, Inciso III, combinado com o art. 20, Inciso III, alíneas *a* – 6% para o Legislativo e *b* – 54% para o Executivo, da lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

§ 1º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal e encargos de que trata este artigo incluem os gastos de contratos de terceirização de mão-de-obra de substituição de servidores e empregados públicos consoante o que preceitua o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

§ 2º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira por conta da implantação de plano de cargos e salários e vencimentos dos servidores do Município e de reforma administrativa, bem como admissão de pessoal, a qualquer título, pela administração direta e indireta, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no “Caput” e § 1º deste artigo.

**Art. 9º** - No Orçamento do Município, se destinará, obrigatoriamente, recursos para o pagamento os serviços da dívida municipal, bem como daqueles decorrentes de sentenças judiciais.

**Art. 10º** - As despesas com juros, encargos e amortizações da dívida pública deverão considerar apenas as operações já contratadas ou com prioridades e autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária ao Legislativo Municipal.

**Art. 11º** - A contratação de pessoal por excepcional interesse público, a criação e preenchimento de cargos em comissão e a realização de Concurso Público em 2002, para qualquer área, caso seja necessário ocorrer, somente serão realizadas em estrita observância ao que preceitua o art. 8º desta Lei.

**Parágrafo Único** – Para o atendimento do que trata este artigo, a administração deverá comprovar:

- a) necessidade da expansão dos serviços públicos;
- b) prejuízo causado à administração pública pela não realização do recrutamento pretendido;
- c) custo adicional com a expansão do serviço.

**Art. 12º** - As Operações de Crédito destinadas ao financiamento do programa de investimentos do Município obedecerá, além dos dispositivos constitucionais, as seguintes condições:

- a) ter prévia aprovação da Secretaria Municipal de Finanças;
- b) não ultrapassar o limite da capacidade de endividamento do Município para 2002.

**Art. 13º** - Ficam vedadas as contratações de operações de crédito por antecipação da receita para financiamento da dívida pública, pagamento de reajustamento de obras ou serviços, ou de investimentos financiados com recursos de convênio ou de operações de crédito.

**Art. 14º** - Nenhuma despesa financiada com recursos de convênios ou de operações de crédito poderá ser realizada ou contratada sem que exista a garantia de captação de tais recursos através de celebração dos respectivos convênios ou contratos e a conseqüente liberação dos recursos.

**Art. 15º** - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de subvenções sociais a entidades públicas ou privadas, salvo as que não tenham fins lucrativos, possuam lei específica autorizando a concessão da subvenção e ou sejam registradas nos serviço social da Prefeitura.

**Parágrafo Único** - É vedado ao Poder Executivo, assinar convênios, subvencionar, fazer doações ou ainda destinar verbas públicas para associações comunitárias, beneficentes e corporativas, que não tenham sido reconhecidas pela Câmara Municipal de Vereadores ou Assembléia legislativa Estadual sua condição de efetiva utilidade pública.

**Art. 16º** - Na Lei Orçamentária do Poder Executivo a discriminação da despesa e da receita far-se-á por categoria econômica e elemento, com seus respectivos desdobramentos, sendo independente a sua classificação do Poder Legislativo.

§ 1º - A Lei Orçamentária incluirá, dentre outros demonstrativos:

I - das receitas que obedecerão ao previsto no art. 2º, parágrafo 1º da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

II - dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 212, da Constituição Federal que fixa o percentual de 25% para a educação.

III - dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde em cumprimento à legislação vigente, cujo percentual previsto para o exercício de 2002 é de 7%;

IV - dos recursos destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e seu Conselho;

V - dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Assistência social, e seu conselho;

VI - dos recursos destinados ao Fundo de desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério;

VII - outros Fundos mantidos ou instituídos por lei.

§ 2º - Além do disposto no "caput" deste artigo serão apresentados quadros demonstrativos da despesa, obedecendo aos dispositivos da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

§ 3º - Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações, despesas classificadas como "Investimentos em Regime de Execução Especial", ressalvados os casos de calamidade pública e os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

**Art. 17º** - Para efeito de informação ao Poder legislativo Municipal, deverá, ainda, constar da proposta orçamentária, a origem dos recursos, obedecendo, pelo menos, à seguinte discriminação:

I - recursos próprios;

II - recursos de transferências;

III - aplicação constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - recursos de convênios;

V – recursos decorrentes de operações de crédito.

### **CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Art. 18º** - O Projeto da Lei Orçamentária será apresentado com a forma e o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se no que couber, as demais disposições legais.

**Art. 19º** - Os decretos de créditos adicionais terão a forma e o nível de detalhamento estabelecidos nesta Lei para o Orçamento, bem como a indicação dos recursos correspondentes.

**Art. 20º** - Até 30 dias após a publicação da Lei do Orçamento, nos termos em que dispuser esta Lei e observado o disposto na alínea e do Inciso do art. 4º da LRF, o Poder executivo estabelecerá a programação financeira para o exercício de 2002.

**Art. 21º** - Até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, todos os poderes publicarão o relatório resumido da Execução Orçamentária, cujo descumprimento sujeitará o ente as sanções previstas no § 2º do art. 51 da LRF.

**Art. 22º** - Ao final de cada quadrimestre será emitido por todos os titulares de poderes e órgãos referidos no art. 20º da LRF, o Relatório de Gestão fiscal.

### **CAPÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 23º** - O Poder Executivo, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, poderá enviar à Câmara Municipal, antes do encerramento do atual exercício financeiro, projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente quanto a:

- I – revisão do código tributário Municipal, visando estabelecer seletividade na cobrança dos tributos e adequação a legislação vigente;
- II – regulamentação da cobrança da contribuição de melhoria.

**Art. 24º** – O Projeto de Lei do Orçamento poderá apresentar programação de despesa à conta de receitas decorrentes das alterações na legislação tributária municipal encaminhadas ao Legislativo nos termos do artigo anterior.

**Parágrafo Único** – Caso as alterações propostas não sejam aprovadas em sua totalidade, de forma a não permitir a integralização dos recursos repassados, os valores incrementais correspondentes às receitas e às despesas serão ajustados durante a fase de tramitação do Projeto da Lei Orçamentária no Legislativo Municipal.

**Art. 25º** - Serão obrigatoriamente recolhidos à conta do Tesouro Municipal:

- I – os tributos municipais;
- II – as receitas provenientes das transferências da União e do Estado;
- III – as receitas de qualquer natureza geradas e/ou arrecadadas no âmbito dos órgãos, entidades e fundos da administração direta municipal.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 26º** - A Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 60(sessenta) dias após a publicação da Lei de orçamento, divulgará por órgão e unidade orçamentária, os quadros de detalhamento da despesa especificando, em cada categoria econômica os elementos e respectivos desdobramentos.

**Art. 27º** - Se o projeto da Lei Orçamentária não for aprovado até o término da sessão legislativa, a Câmara Municipal de vereadores será de imediato convocada extraordinariamente pelo seu presidente, na forma da Lei Orgânica do Município, até que seja o mesmo aprovado.

**Art. 28º** - As solicitações feitas pelos órgãos do Poder executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares, dentro dos limites autorizados em Lei, serão acompanhados de exposições de motivos justificando o pedido.

**Art. 29º** - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a proceder com a transposição de dotações dentro dos limites do seu próprio orçamento e dos créditos concedidos.

**Art. 30º** - O Poder executivo deverá incluir no orçamento Geral do Município a Proposta orçamentária do Legislativo.

**Art. 31º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 32º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Muribeca, em 24 de abril de 2001.

  
Joana Barroso da Silva  
Prefeita Municipal

  
Adilson Pinheiro da Silva  
Secretário Geral